



2022/2184(BUI)

9.3.2023

PARECER

da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre as orientações para o orçamento de 2024 – Secção III
(2022/2184(BUI))

Relator de parecer: Christian Ehler

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Recorda o número crescente de novas iniciativas ambiciosas da UE, incluindo o Regulamento Circuitos Integrados, o Novo Bauhaus Europeu e o programa de conectividade segura; recorda que os preços da energia estão a um nível historicamente elevado, bem como os desafios persistentes decorrentes da guerra da Rússia contra a Ucrânia e as suas consequências esperadas, o impacto duma inflação mais elevada do que o previsto nos principais programas da UE, os desafios colocados à indústria pela Lei de Redução da Inflação (IRA) dos Estados Unidos e a proliferação de políticas protecionistas semelhantes a nível mundial; assinala que, a partir de 2024, não estarão disponíveis dotações de autorização a partir do pacote NextGenerationEU para reforçar o orçamento da União, apesar dos desafios socioeconómicos, energéticos e ambientais persistentes para as pessoas e as empresas; insiste em que uma revisão abrangente e atempada do quadro financeiro plurianual (QFP) e a plena aplicação do Acordo Interinstitucional (AII), de 16 de dezembro de 2020, sobre os novos recursos próprios são a única forma sustentável de enfrentar estes desafios e de aproveitar as oportunidades das transições energética e digital por via dum orçamento ambicioso para 2024;
2. Regista o anúncio feito pela Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, de um ato legislativo relativo a uma indústria de impacto zero; congratula-se com esta iniciativa, uma vez que proporciona à Comissão uma nova oportunidade para desenvolver uma verdadeira política industrial que promova a competitividade industrial europeia; lembra que se as novas iniciativas necessitarem de financiamento, devem ser financiadas por novos recursos financeiros;
3. Insta a Comissão e os Estados-Membros a assegurarem que os recursos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência sejam utilizados tanto quanto possível, no âmbito do quadro legislativo em vigor, para corrigir as deficiências no apoio europeu à nossa indústria, que se tornaram evidentes com a IRA dos EUA, como a falta de projetos transfronteiriços de infraestruturas energéticas;
4. Considera essencial que quaisquer propostas de novos instrumentos de financiamento – como a esperada proposta sobre um Fundo europeu de soberania – respondam às necessidades reais, sejam baseados numa avaliação clara dos custos e dos défices de investimento e prevejam novos recursos financeiros; reitera que qualquer novo fundo deve ser aprovado ao abrigo do processo legislativo ordinário e integrado no QFP, assegurando assim o controlo pleno pelo Parlamento; considera que os limites máximos do QFP e o orçamento anual devem ser ajustados para abranger todos os novos fundos, iniciativas políticas, objetivos ou tarefas cujo financiamento provenha do orçamento da UE; sublinha que as novas despesas potenciais para apoiar a competitividade industrial devem reforçar o mercado interno, apoiar a implantação de ecossistemas e infraestruturas para melhorar a conectividade e o fornecimento de energia a preços acessíveis e ajudar a acelerar a dupla transição;

5. Insta a Comissão e o Conselho a disponibilizarem fundos suficientes para apoiar os setores mais inovadores e ajudar a criar novos projetos europeus ambiciosos e sustentáveis, alinhados com os objetivos digitais e climáticos da União, e ainda para promover a competitividade industrial; salienta a importância de incentivar a emergência de líderes europeus em setores industriais estratégicos que impulsionem os níveis de emprego na Europa e a competitividade mundial, fomentando simultaneamente a unidade do mercado único e, desta forma, melhorando a competitividade e a prosperidade em toda a União;
6. Reitera que os investimentos em investigação e inovação são fundamentais para apoiar projetos digitais e tecnológicos europeus e para promover a liderança da Europa em tecnologias digitais essenciais e a competitividade industrial europeia em geral, bem como para melhorar a capacidade da UE para enfrentar desafios societários prementes – incluindo a adaptação às alterações climáticas e a atenuação dos seus efeitos –, melhorar a qualidade do emprego e o nível de vida e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
7. Assinala que, embora o financiamento seja prestado a partir do fundo do Conselho Europeu de Inovação, o Parlamento verificará se este satisfaz as expectativas dos legisladores no sentido de assegurar a mobilização prudente e eficiente desse financiamento para 2024;
8. Reitera o seu apelo para que todas as anulações de autorizações disponíveis sejam afetadas ao Horizonte Europa, tirando pleno partido da possibilidade prevista no artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento Financeiro; recorda que tal poderia compensar, em parte, a diminuição das dotações de autorização disponíveis resultante do financiamento limitado no tempo do NextGenerationEU, mesmo que de forma limitada;
9. Sublinha a necessidade de aderir à revolução digital, que visa criar novos modelos e conceitos de negócio e transformar as tecnologias; exorta a prestar um apoio adequado a infraestruturas digitais eficientes no âmbito do programa Europa Digital;
10. Recorda que ainda não há financiamento atribuído ao Regulamento Circuitos Integrados e que, relativamente ao orçamento de 2023, a Comissão já aplicou cortes em determinadas áreas do Horizonte Europa e do Programa Europa Digital, que propôs no âmbito do Regulamento Circuitos Integrados; recusa aceitar quaisquer outros cortes nestas áreas dos programas no orçamento da União para 2024; solicita que seja encontrada uma solução adequada o mais depressa possível – incluindo a utilização de anulações de autorizações e de margens não afetadas dentro dos limites máximos do QFP ou mobilizadas através de outros instrumentos – para o financiamento do Regulamento Circuitos Integrados, a fim de assegurar que essa solução possa ser devidamente integrada no processo orçamental de 2024;
11. Sublinha que, dada a atual situação económica, é extremamente importante reforçar os mecanismos de apoio e reduzir os encargos administrativos e económicos para as microempresas e as pequenas e médias empresas (PME); solicita, portanto, um financiamento suficiente para este efeito no orçamento para 2024, bem como um melhor acesso ao financiamento e à tecnologia, a fim de ajudar a aumentar a produtividade das microempresas e das PME e promover melhores condições de trabalho;

12. Salienta que o orçamento da União para 2024 deve ser alinhado com os objetivos do Acordo de Paris, com a meta de neutralidade climática da UE e com os objetivos do Pacto Ecológico, assegurando simultaneamente a prestação de apoio adequado aos cidadãos e às empresas que mais sofreram com as crises múltiplas e com as suas consequências sociais e económicas; insiste na necessidade de aumentar os investimentos privados e públicos para enfrentar este desafio;
13. Sublinha a importância de continuar a financiar os esforços para alcançar os objetivos de despesas em matéria de clima e biodiversidade no âmbito do presente QFP;
14. Reitera o seu pedido de prossecução dos trabalhos relativos às metodologias de acompanhamento das despesas relacionadas com o clima e a biodiversidade, aplicando uma metodologia mais sólida, transparente e abrangente; apela à plena participação do Parlamento no desenvolvimento destas metodologias e aguarda com expectativa as consultas anuais sobre os objetivos em matéria de clima e de biodiversidade previstos no AII;
15. Insta a Comissão a dar uma resposta eficaz ao aumento dos preços da energia e às consequências do aumento da inflação para a indústria e as taxas de desemprego e especialmente as PME; exorta ao desenvolvimento dum quadro de aprovisionamento energético que evite situações tão críticas no futuro;
16. Salienta a importância da transição para um sistema energético altamente eficiente e totalmente baseado em energias renováveis através duma maior interconectividade, de modo a reduzir a dependência energética da UE e melhorar assim a estabilidade e a acessibilidade dos preços da energia; realça a necessidade de investir substancialmente em medidas de poupança e eficiência energética, no aumento substancial das capacidades nacionais em matéria de energias renováveis e na descarbonização dos processos industriais, em consonância com a estratégia de integração setorial da UE;
17. Insta a Comissão, neste contexto, a fornecer financiamento e recomendações concretas aos Estados-Membros sobre a forma de acelerar a implantação de energias renováveis junto das famílias, como os painéis solares e as bombas de calor, especialmente nos Estados-Membros mais atrasados neste domínio;
18. Salienta que o impacto e as consequências da COVID-19 demonstraram as deficiências existentes nos sistemas de saúde e evidenciaram claramente a necessidade de investimento público na investigação no domínio da saúde;
19. Solicita a atribuição de financiamento e pessoal sustentáveis a todas as agências e organismos da UE envolvidos na indústria, na investigação e na energia e, em particular, ao Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, dado que a sua mais recente Comunidade de Conhecimento e Inovação estará plenamente operacional em 2024;

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

Data de aprovação	9.3.2023
Resultado da votação final	+: 50 -: 3 0: 5
Deputados presentes no momento da votação final	Nicola Beer, Hildegard Bentele, Tom Berendsen, Vasile Blaga, Michael Bloss, Marc Botenga, Cristian-Silviu Buşoi, Jerzy Buzek, Ignazio Corrao, Beatrice Covassi, Ciarán Cuffe, Josianne Cutajar, Nicola Danti, Christian Ehler, Valter Flego, Niels Fuglsang, Lina Gálvez Muñoz, Claudia Gamon, Jens Geier, Nicolás González Casares, Bart Groothuis, Christophe Grudler, Henrike Hahn, Robert Hajšel, Ivo Hristov, Romana Jerković, Seán Kelly, Łukasz Kohut, Miapetra Kumpula-Natri, Marisa Matias, Dan Nica, Angelika Niebler, Ville Niinistö, Johan Nissinen, Mauri Pekkarinen, Tsvetelina Penkova, Morten Petersen, Manuela Ripa, Robert Roos, Maria Spyrali, Riho Terras, Grzegorz Tobiszowski, Patrizia Toia, Marion Walsmann, Pernille Weiss
Suplentes presentes no momento da votação final	Andrus Ansip, Pascal Arimont, Izaskun Bilbao Barandica, Franc Bogovič, Martin Buschmann, Jakop G. Dalunde, Matthias Ecke, Cornelia Ernst, Jens Gieseke, Jutta Paulus, Emma Wiesner
Suplentes (art. 209.º, n.º 7) presentes no momento da votação final	Agnès Evren, Tilly Metz

**VOTAÇÃO NOMINAL FINAL
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

50	+
ECR	Grzegorz Tobiszowski
PPE	Pascal Arimont, Hildegard Bentele, Tom Berendsen, Vasile Blaga, Franc Bogovič, Cristian-Silviu Bușoi, Jerzy Buzek, Christian Ehler, Agnès Evren, Jens Gieseke, Seán Kelly, Angelika Niebler, Maria Spyrali, Riho Terras, Marion Walsmann, Pernille Weiss
Renew	Andrus Ansip, Izaskun Bilbao Barandica, Nicola Danti, Valter Flego, Claudia Gamon, Bart Groothuis, Christophe Grudler, Mauri Pekkarinen, Morten Petersen
S&D	Beatrice Covassi, Josianne Cutajar, Matthias Ecke, Niels Fuglsang, Lina Gálvez Muñoz, Jens Geier, Nicolás González Casares, Robert Hajšel, Ivo Hristov, Romana Jerković, Łukasz Kohut, Miapetra Kumpula-Natri, Dan Nica, Tsvetelina Penkova, Patrizia Toia
Verts/ALE	Michael Bloss, Ignazio Corrao, Ciarán Cuffe, Jakop G. Dalunde, Henrike Hahn, Tilly Metz, Ville Niinistö, Jutta Paulus, Manuela Ripa

3	-
ECR	Johan Nissinen, Robert Roos
Renew	Emma Wiesner

5	0
NI	Martin Buschmann
Renew	Nicola Beer
The Left	Marc Botenga, Cornelia Ernst, Marisa Matias

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções